



SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.017757/2024-61

Assunto: Nova Contratação. Pregão Eletrônico para Registro de Preços. Fornecimento de chapas digitais térmicas negativas sem processamento químico e produto auxiliar para utilização no sistema de impressão offset da SEGRAF. Item 20250154 do Plano de Contratações. **Valor estimado: R\$ 1.617.600,00.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

Senhor Diretor-Geral em exercício,

Trata o presente processo de proposta de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o REGISTRO DE PREÇOS, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado ao fornecimento de chapas digitais térmicas negativas sem processamento químico e produto auxiliar para utilização no sistema de impressão offset da Secretaria de Editoração e Publicação do Senado Federal (SEGRAF), ao custo estimado de **R\$ 1.617.600,00** (um milhão e seiscentos e dezessete mil e seiscentos reais), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.169794/2025-63).

O órgão técnico justificou a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.167898/2025-33), conforme transcrição a seguir:

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

O insumo gráfico e o produto auxiliar em questão são destinados à reposição de estoque, para o pronto atendimento às necessidades do processo de impressão da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, do Senado Federal.

As chapas de impressão são essenciais à continuidade da impressão offset (de alta tiragem) do Senado, que dá origem a diversos produtos como, por exemplo, a Constituição Federal de 1988, os Códigos, Estatutos e os informativos de atividades parlamentares. As chapas, nas impressoras offset, funcionam como matrizes, responsáveis por transferir a tinta – com o conteúdo das obras – para os milhares de folhas em branco que serão impressas. Sem essas matrizes, o processo gráfico offset do Senado imediatamente para.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

[...]

Por meio do Ofício nº 695/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.169813/2025-51), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para as seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Consta no documento nº 00100.090683/2025-17 o resultado do Pregão Eletrônico nº 90041/2025 como fracassado, devidamente homologado pela Diretoria-Geral.

Diante desse insucesso, foi conduzida nova pesquisa de preços junto ao mercado e a órgãos da Administração Pública, a fim de assegurar a obtenção de parâmetros atualizados e compatíveis com as necessidades da SEGRAFI (doc. nº 00100.133010/2025-69 e 00100.134241/2025-90).

Para a finalidade, a Secretaria de Editoração e Publicação do Senado Federal elaborou o Estudo Técnico Preliminar de NUP 00100.171398/2024-15, bem como o Termo de Referência de NUP 00100.133005/2025-56, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.167898/2025-33, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretoria-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Conforme se verifica no item 1.2.2 do Termo de Referência, o órgão técnico demonstrou que os quantitativos a serem contratados foram baseados na demanda da administração nos últimos contratos e no consumo projetado para o período de 12 (doze) meses, considerando eventual prorrogação.

A nova pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.134241/2025-90, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 1.617.600,00 (um milhão, seiscentos e dezessete mil e seiscentos reais)**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento 00100.134429/2025-38, cuja validade é até 20/01/2026.

A nova versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.135871/2025-81.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.139600/2025-03, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

[...]

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 629/2025 (NUP 00100.157287/2025-87) analisou os autos e concluiu que *“atendidas as recomendações expendidas e após deliberação superior, a minuta de edital estará apta a regular ao procedimento licitatório pretendido.”*

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual colacionou aos autos a versão final do Termo de Referência (NUP 00100.167898/2025-33).

As recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Em razão da vigência do Decreto nº 11.462/2023 será necessário a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP). O art. 9º do referido decreto torna o IRP obrigatório, salvo justificativa específica. Dessa forma, cabe à autoridade competente deliberar sobre a questão.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.169794/2025-63 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

[...]

Considerando que a contratação se trata de licitação para registro de preços, a verificação da disponibilidade orçamentária e a autorização da despesa serão efetuadas no momento do acionamento da ata, conforme parágrafo único do art. 23 c/c art. 44, do ADG nº 14/2022.

[...]

Em seguida, em conformidade com o disposto na Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do RASF, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, o Senhor Diretor da SADCON opinou pelo seguimento da licitação e, para tanto, recomendou: autorizar o certame; aprovar o ETP, o termo de referência e a minuta de edital; e, designar os gestores.

Em relação à recomendação jurídica relativa à dispensa justificada do procedimento de Intenção de Registro de Preço (IRP), essa temática está expressamente regulamentada no art. 43 do ADG nº 14/2022¹, que é compatível com a regulamentação do Executivo Federal no Decreto nº 11.462/2023. No caso, se o Senado Federal não tem conhecimento do interesse de outros órgãos para uma compra compartilhada, sendo, portanto, o único órgão contratante, tipifica-se, assim, a hipótese de dispensa da IRP prevista no parágrafo 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica espousa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

¹ Art. 43. Em caso de licitação eletrônica para registro de preços, quando houver, ao tempo da formulação demanda, conhecimento do interesse de outros órgãos públicos para a realização de compras compartilhadas, a Diretoria-Geral poderá determinar a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), devendo ser observados, nessa hipótese, os procedimentos operacionais do Sistema de Compras do Governo Federal. Parágrafo único. Em caso de não incidência da hipótese de que trata o caput, a SADCON adotará as providências operacionais no Sistema de Compras do Governo Federal para a dispensa do procedimento de IRP, adotando como justificativa o disposto neste artigo. (ADG nº 14/2022)





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Revisado por:

*(assinado eletronicamente)***Kleber Minatogau**
Assessor Técnico*(assinado eletronicamente)***Tahmineh Maria Shokranian de Mello**
Gestora do NASC/ATDGER

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos IV, V e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;
2. **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar nº 49/2024 (documento nº 00100.171398/2024-15); o Termo de Referência (documento nº 00100.167898/2025-33); e a minuta de edital (documento nº 00100.169794/2025-63), nos termos propostos;
3. **DISPENSO** o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023, considerando que o Senado Federal será o único contratante; e
4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 18 de setembro de 2025.

*(assinado eletronicamente)***WANDERLEY RABELO DA SILVA**
Diretor-Geral em exercício



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 3838, de 2025

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL em exercício, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do Processo nº **00200.017757/2024-61**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **André Said de Lavor**, matrícula nº 255662, e o servidor titular da **Assessoria Técnica da SEGRAF (ATSEGRAF)**, respectivamente, como gestor titular e gestor substituto, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar o servidor titular do **Serviço de Impressão – SEIMPRES**, e seu substituto imediato, respectivamente, como fiscal titular e fiscal substituto da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
WANDERLEY RABELO DA SILVA
Diretor-Geral em exercício

